



A DEMOCRACIA NO BRASIL E NO MUNDO

DEMOCRACIA E TOTALITARISMO

O século XX foi marcado por experiências de regimes totalitários tanto de direita quanto de esquerda. Este foi o caso, por exemplo, do nazismo na Alemanha e do comunismo na União Soviética. Ambos foram regimes que suspenderam as liberdades políticas e sociais e defendiam um Estado forte e autoritário. Seja em nome da raça, como na Alemanha nazista; ou em nome do proletariado, como na União Soviética stalinista, não havia espaço para a dissidência política.



A insatisfação com esses regimes bem como sua decadência provaram, definitivamente, que a democracia, que representa mais do que a vontade do maior número, o respeito às diferenças, é um regime político muito mais sólido, justo e duradouro.

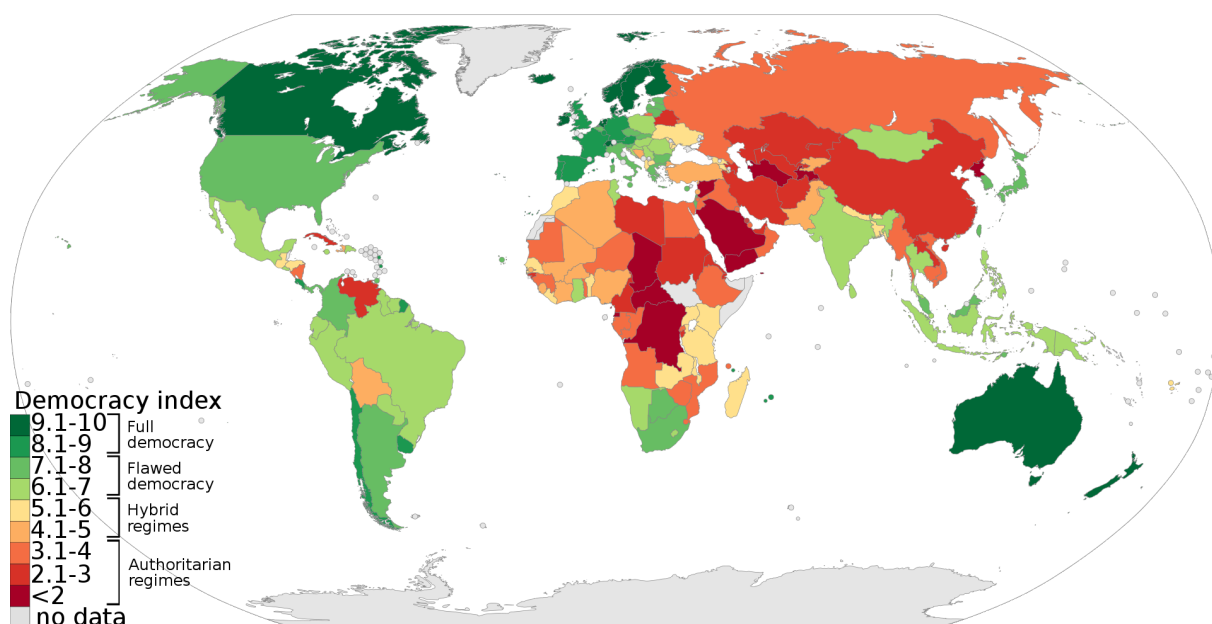
CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA

Mas muito mais do que um regime, a democracia é uma cultura política que pressupõe o diálogo com diferentes povos, pensamentos, tradições e representações. É somente com a cultura do diálogo e da convivência que é possível se pensar a democracia, pois ela não é uma “ditadura da maioria”, mas uma forma de garantir os direitos das minorias.

Em uma sociedade que não possui o diálogo como prática estabelecida é praticamente impossível implantar um regime democrático. Por outro lado, sociedades com profundas desigualdades sociais e étnicas também são terreno fértil para todo tipo de injustiça, mas somente uma sociedade democrática propicia o diálogo político para que sejam solucionadas essas desigualdades.



A DEMOCRACIA NO MUNDO



O mapa acima mostra um índice democrático global, o que na prática quer dizer que ele mostra em quais países do mundo a democracia é mais implantada, menos implantada e onde estão os regimes autoritários. Quanto mais próximo do verde-escuro mais democrático é o país, e quanto mais próximo do vermelho, mais autoritário é o país. Os países da América Latina estão na cor verde-claro, o que significa que temos regimes políticos híbridos.

Neste sentido, aparecem em destaque como regimes plenamente democráticos os países escandinavos (Noruega, Suécia e Dinamarca), Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Já os mais autoritários são Arábia Saudita, Síria, Chade, Congo Kinshasa e República Centro-Africana. Mas o que fica claro é que a América Latina ainda tem um longo caminho pela frente.

AMÉRICA LATINA E DEMOCRACIA

Durante as décadas de 60 e 70, os países da América Latina tiveram governos de exceção que cerceavam os direitos políticos e sociais dos cidadãos, no contexto da Guerra Fria. De uma forma geral, dizemos que eram ditaduras civis-militares, pois estes regimes políticos foram estabelecidos através de uma aliança das elites econômicas nacionais com a alta oficialidade militar, sem contar é claro, o apoio logístico e tácito dos Estados Unidos, receosos com o avanço do comunismo na América Latina.





O problema é que estes países já sofriam historicamente com as desigualdades sociais e a exploração econômica a nível internacional. Durante as décadas de 50 e 60, quando um genuíno movimento democrático e progressista começou a se estabelecer nesses países, eles foram imediatamente eliminados sob o pretexto de combate ao comunismo. O resultado foi que as desigualdades se aprofundaram e os elementos políticos e sociais que promoviam toda série de violências adquiriram poder e institucionalidade.

O AVANÇO DEMOCRÁTICO

No final da década de 80, os regimes autoritários da América Latina foram pouco a pouco se abrindo para a democracia. Por outro lado, a queda do Muro de Berlim na Alemanha, anunciou o que viria a ser concretizado dois anos depois, em 1991: o fim da União Soviética, e com isso, a Guerra Fria havia oficialmente terminado.



Contudo, em vários pontos do continente africano, persistiam alguns regimes autoritários. Aliás, a guerra civil em Angola, país que havia se aliado ao bloco comunista após a sua independência em

1974, só veio a terminar em 2002. No norte da África, o regime de Mamar Kadafi só foi extinto em 2011, no contexto da Primavera Árabe, juntamente com o governo de Hosni Mubarak que governou o Egito durante 30 anos.

Já no Oriente Médio e Ásia, surgiu um novo “fantasma” para substituir o comunismo: o fundamentalismo religioso, que na maior parte das vezes é identificado pelo terrorismo promovido por muçulmanos, principalmente após os atentados do 11 de Setembro. Mas o fato é que as maiores vítimas dos extremistas muçulmanos são os muçulmanos pacíficos e tolerantes (a grande maioria) que são vistos pela minoria radical como “desviados” e “apóstatas”.



O fato é que este fundamentalismo possui raízes nos Estados Unidos, entre os grupos de cristãos evangélicos, principalmente pentecostais e neopentecostais que promoviam uma interpretação literal da Bíblia ao mesmo tempo que defendiam nas entrelinhas um modo capitalista de vida ao estilo dos Estados Unidos. Atualmente, este fundamentalismo cristão ameaça a democracia brasileira e até mesmo a sobrevivência de minorias religiosas, como as religiões de matrizes africanas.



No continente asiático, os Estados Unidos apoiaram esses grupos fundamentalistas religiosos (e no caso asiático eram muçulmanos) para deter o avanço do comunismo soviético e chinês na região. E, de fato, a Indonésia, maior país muçulmano do mundo, também tinha o maior Partido Comunista da Ásia até 1965, mas o governo indonésio com apoio dos EUA promoveu o assassinato de milhões de membros do partido, e este ódio político contra o comunismo foi instigado nos religiosos islâmicos.



De maneira semelhante, os muçulmanos foram jogados contra o comunismo na invasão soviética do Afeganistão, na década de 80, quando os norte-americanos também apoiaram os combatentes locais, entre os quais estava Osama Bin Laden, que planejou os atentados do 11 de Setembro.

Não obstante, em lugares como Coréia do Norte e China, que oficialmente são países comunistas e ateus, as religiões, embora toleradas, sofrem algum tipo de restrição e perseguição em alguns casos. Essas fragilidades costumam ser apontadas pelos críticos do regime de ambos os países, que costumam ser citados por grupos ativistas de direitos humanos pelas suas violações.

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DIRETA

Com o advento da revolução digital e das mídias sociais, alguns argumentam que existem atualmente condições para uma efetiva democracia por parte da população em países democráticos, e isto costuma ser chamado de democracia direta e democracia participativa direta. O argumento é que ficou mais fácil o compartilhamento de opiniões que acontecem de forma praticamente instantânea na internet.

O problema é que por causa disso alguns colocam em xeque o modelo atual, que é o da democracia representativa, onde algumas pessoas recebem um mandato da população para governarem em nome dela. Mas o fato é que em nossa Constituição de 88 existem alguns dispositivos que permitem a democracia semidireta, como é o caso do referendo e do plebiscito.



ANOTAÇÕES
